

MANDATO DE 2017 - 2021

Assembleia Municipal de Alandroal Sessão Extraordinária do dia 12-02-2021

ATA N.º 1

----- Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, realizou-se por videoconferência, a presente sessão extraordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto 1. – Aprovação do mapa “Fluxos de Caixa” 2020;

**Ponto 2. – Autorização de Assunção de Compromissos Plurianuais –
Reprogramação;**

Ponto 3. – 1ª Revisão ao Orçamento Municipal 2021 - Integração do saldo de execução orçamental, artigo 130.º da Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro que aprova o Orçamento do Estado para 2021.

----- Iniciados os trabalhos foi feita a chamada, verificando-se as seguintes **presenças**: **Daniel António Nobre Padilha; José João Varandas Ramalho; José António Padre Eterno; Américo António Galhanas Rocha; Fábio Manuel Roques Pisco; Luísa Maria da Rosa Valente; Susete da Piedade Gomes Basílio; Fátima Brites; José Alberto Noronha Robalo; Ana Maria Ribeiro Fontes Coelho; Maria Amélia Fernandes Gomes; José Augusto Roma Pereira; Tomé Joaquim Falé Laranjinho; José António Ramalho Zorrinho; José Inácio Frade Padilha; José António Martins Colaço; Maria Helena Félix; Miguel da Conceição Pereira Gomes; e Zaida Roques, em substituição do deputado Joaquim Ramalho Boieiro. Estiveram ainda presentes, o senhor Presidente da Câmara Municipal do Alandroal e vereadores.** -----

Faltou: o deputado Joaquim Ramalho Boieiro, que justificou a sua falta e pediu a sua substituição para a presente sessão, nos termos da Lei, pelo membro seguinte, da sua lista, tendo sido substituído pela Secretária da Junta de Freguesia de Santiago Maior, senhora Zaida Roques. -----

MANDATO DE 2017 - 2021

Assembleia Municipal de Alandroal Sessão Extraordinária do dia 12-02-2021

ATA N.º 1

----- Não havendo “Período de antes da Ordem de Trabalhos” por se tratar de uma sessão extraordinária e antes de iniciar os trabalhos, o senhor Presidente desta Assembleia quis demonstrar o seu descontentamento relativamente às manifestações que vários deputados lhe tinham feito chegar, referentes aos pagamentos das senhas de presença. -----

----- Sobre o assunto, informou que não era o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que fazia aqueles pagamentos e que quem poderia responder por aquelas questões, era o senhor Presidente da Câmara. -----

----- Ainda assim, uma vez que as sessões não eram presenciais, pediu para que fossem agilizados os esforços para o pagamento das mesmas, pelo que concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para prestar alguns esclarecimentos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que desconhecia que houvesse atrasos nos pagamentos das senhas de presença dos deputados e pediu autorização ao senhor Presidente da Assembleia, para conceder a palavra à Técnica da Contabilidade do Município, doutora Isabel Caeiro, para que esta explicasse o porquê daqueles atrasos. -----

----- No uso da palavra, a doutora Isabel Caeiro esclareceu que de facto, haviam senhas de presença que efetivamente, não estavam pagas e que a Contabilidade não podia pagar enquanto não tivesse em sua posse, os documentos que comprovassem as presenças dos membros da Assembleia em cada uma das sessões realizadas. -----

----- Pediu ao senhor Presidente da Assembleia que lhe fizesse chegar os documentos, por si confirmados, com todas as presenças, em que cada um dos deputados esteve presente nas respetivas assembleias; pois que, só assim, a Contabilidade poderia proceder aos devidos pagamentos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que ia solicitar à sua Secretária para confirmar as presenças dos deputados, através do registo de chamadas de cada sessão. -----

----- Reforçou ainda, que andava a receber manifestações extremamente desagradáveis, como se ele fosse culpado, quando, na verdade, não era o caso. E solicitou mais uma vez ao senhor Presidente da Câmara para que agilizasse, de forma a resolver a situação dos pagamentos das senhas de presença, para que estes ficassem em dia; com o apoio obviamente, da funcionária afeta às atas e a Secretária da Mesa da Assembleia. -----

MANDATO DE 2017 - 2021

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Extraordinária do dia 12-02-2021

ATA N.º 1

----- Acrescentando ao que tinha dito a Técnica da Contabilidade do Município, doutora Isabel Cairo, o senhor Presidente da Câmara disse que estava um pouco do lado da Assembleia Municipal, resolver a situação com facilidade através das presenças registadas em atas, ou até mesmo, nas minutas das atas. -----

----- Saliou o facto de as sessões estarem a ser realizadas por videoconferência, na medida em que os deputados poderiam ter alguma dificuldade em fazer chegar os documentos, digitalizar, assinar e agilizar os processos de forma a fazer chegar à Contabilidade, toda a informação. -----

----- O deputado Padre Eterno perguntou ao senhor Presidente da Assembleia se a Assembleia Municipal não tinha um orçamento próprio, ao que este respondeu que a Assembleia Municipal tinha uma rubrica orçamental, mas que não competia à Assembleia e nem o seu Presidente, nem tão pouco nenhum membro da Mesa da Assembleia, tinham autonomia para fazerem pagamentos; sendo o Executivo Municipal quem procedia aos pagamentos. -----

----- O deputado Padre Eterno perguntou então, se era a Secretária da Mesa da Assembleia, quem tinha de fazer chegar os documentos à Contabilidade do Município. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia respondeu que quem tinha de enviar os documentos para a Contabilidade era a Secretária Maria Gertrudes Pisco; ao que o deputado Padre Eterno respondeu que a senhora Maria Gertrudes Pisco não era a Secretária da Assembleia, mas sim, quem prestava apoio, sendo que a primeira Secretária da Assembleia era a senhora Susete Basílio e que, não se sabia bem quem era o segundo Secretário, uma vez que o senhor Inácio Tique tinha pedido a suspensão do mandato. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia informou que a Segunda Secretária da Assembleia era a senhora Fátima Brites. -----

----- O deputado Tomé Laranjinho sugeriu que a Primeira Secretária, senhora Susete Basílio, no final de cada sessão enviase um e-mail para a Contabilidade, com conhecimento ao senhor Presidente da Câmara, informando quem esteve presente. Que era tão fácil quanto isso, não percebendo o porquê de tanta confusão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia concordou com a sugestão do deputado e pediu à Primeira Secretária da Assembleia, senhora Susete Basílio, que procedesse em conformidade. --

MANDATO DE 2017 - 2021

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Extraordinária do dia 12-02-2021

ATA N.º 1

----- O senhor Presidente da Câmara pediu a palavra e disse que não seria assim tão simples como o deputado Tomé Laranjinho tinha sugerido, porque para poder fazer os respetivos pagamentos, tinha de ter os documentos em suporte de papel, ou digitalizados, de cada deputado, de cada assembleia, para poder processar aqueles pagamentos; e que no próprio documento da senha de presença havia um espaço destinado ao despacho do Presidente da Câmara, para depois a Contabilidade poder fazer o pagamento. -----

----- Acrescentou ainda, que os deputados tinham o direito a que lhes fosse facultada a documentação para preencherem e que depois tinham o dever de a fazerem chegar à Mesa da Assembleia, que por sua vez, faria chegar, a mesma documentação devidamente preenchida, ao Presidente da Câmara, ou à Contabilidade, para poderem ser processados os pagamentos. -----

----- Não havendo mais intervenções, entrou-se no ponto um da ordem de trabalhos. -----

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. – Aprovação do mapa “Fluxos de Caixa” 2020

----- Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Câmara informou que à semelhança do que tinha sido feito no ano anterior, o Município estava a aproveitar a prerrogativa que a lei permitia, de antecipar de alguma forma, a aprovação dos fundos em caixa que, por sua vez depois, permitiam a integração do saldo de gerência, através de uma revisão orçamental. -----

----- Disse, que em anos normais, este processo era realizado em abril, com a prestação de contas. E que no ano anterior, como tinha sido ano de eleições, as prestações de contas tinham sido prorrogadas até ao final do mês de junho do mesmo ano e que depois, o país entrou em situação de pandemia, tendo o Governo publicado uma lei que permitia às câmaras anteciparem a integração do saldo de gerência, antes do final de junho; tendo sido por isso que o Executivo a fez em maio de 2020. -----

----- O senhor Presidente da Câmara referiu que no presente ano, aquele processo estava um pouco mais antecipado, o que permitia desde já avançar para o procedimento. -----

MANDATO DE 2017 - 2021

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Extraordinária do dia 12-02-2021

ATA N.º 1

----- Informou que os fundos de caixa eram as demonstrações da execução orçamental e daquilo que era possível aferir no presente; que eram procedimentos técnicos e que em caso de alguma dúvida, a Técnica da Contabilidade, doutora Isabel Caeiro poderia esclarecer. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia submeteu à votação o presente ponto, que foi **aprovado por maioria**, zero votos contra; com 10 abstenções (5 do DITA; 4 da CDU; e 1 do PSD); e com 8 votos a favor (6 do PS; e 2 da CDU). -----

Ponto 2. – Autorização de Assunção de Compromissos Plurianuais – Reprogramação

----- O senhor Presidente da Câmara disse tratar-se de uma atualização do mapa a 31 de dezembro de 2020, uma vez que tinha sido aprovado um mapa antes do final do mesmo ano e que normalmente, o mapa era atualizava a 31 de dezembro de 2020, fazendo a previsão para o ano de 2021. -----

----- Informou que, do referido mapa sobressaíam algumas obras que, ao entrar-se no novo ano e que por terem prazos de execução a menos de um ano, deixavam de ser compromissos plurianuais para passarem a ter execução ao longo do ano, designadamente, as intervenções na Capela da Boa Nova, em Terena, as quais estavam em fase de execução, com o prazo de execução a sete meses; os Centros de Acolhimento; a Melhoria da Mobilidade Urbana – 4.ª fase, que também se esperava a execução ao longo do ano de 2021; tal como a Praia das Azenhas D’El-Rei; a conclusão das ASAS; e a Plataforma de Bio Resíduos. -----

----- Informou também, que as únicas três obras que continuavam a ser plurianuais eram, a conclusão da EBI Diogo Lopes de Sequeira, que estava em fase final de ajustes dos projetos técnicos, em função da revisão que eles sofreram; sendo esta a única questão que separava do procedimento concursal e que esperava que decorresse ainda antes do mês de março de 2021. –

----- Também, a Fortaleza de Juromenha que estava em fase de concurso público. -----

----- E ainda, o Centro Histórico Interpretativo do Castelo do Alandroal, que estava a afinar os pareceres da Direção de Cultura, para as últimas versões do projeto e para o Executivo poder depois avançar. -----

MANDATO DE 2017 - 2021

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Extraordinária do dia 12-02-2021

ATA N.º 1

----- Concluindo, disse serem estas as três obras plurianuais com as execuções previstas. –

----- O deputado Tomé Laranjinho constatou que, tanto na obra da EBI Diogo Lopes de Sequeira, em Alandroal, como na obra do Centro Interpretativo do Castelo do Alandroal, não se verificavam alterações nos seus valores; mas que, no caso da obra da Fortaleza de Juromenha havia uma alteração do valor base e reprogramação, tendo em conta a previsão de execução da obra; e perguntou se tinha aumentado o valor base da obra. -----

----- O senhor Presidente da Câmara respondeu que o valor era muito próximo e que era o valor que tinha sido lançado para concurso, havendo uma pequena diferença, a qual não era significativa. -----

----- Informou que tinha havido uma correção que teve de ser feita, de cerca de dois mil euros, em erros e omissões que tinham sido detetados por um dos concorrentes. Que a referida correção, tinha sido feita em reunião de Câmara e que eram à volta de dois mil euros de diferença. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia submeteu à votação este ponto dois da ordem de trabalhos, que foi **aprovado por maioria** com: zero votos contra; com 10 abstenções (5 do DITA; 4 da CDU; e 1 do PSD); e com 8 votos a favor (6 do PS; e 2 da CDU). -----

Ponto 3. – 1ª Revisão ao Orçamento Municipal 2021 - Integração do saldo de execução orçamental, artigo 130.º da Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro que aprova o Orçamento do Estado para 2021

----- Neste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Câmara explicou que havia um saldo para integrar de 1.703.303,32 euros; que a proposta de integração era que, no fundo, a alteração acomodasse aquele valor com um aumento de um milhão e quinhentos e três mil euros e uma redução de duzentos mil euros, em função da expectativa da execução da obra da Fortaleza

MANDATO DE 2017 - 2021

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Extraordinária do dia 12-02-2021

ATA N.º 1

de Juromenha que seria, por força do percurso do concurso público, um pouco abaixo do que estava previsto inicialmente, o que permitia fazer aquela redução. -----

----- Em relação ao milhão e quinhentos e três mil euros que o Município ia integrar, o senhor Presidente da Câmara informou que uma parte significativa era para as despesas Covid-19, estando previstos cerca de quatrocentos mil euros para o Município continuar a apoiar a população; as Entidades Públicas de Saúde; Segurança; e Socorro, que operavam neste Concelho assim como as IPSS. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou também que, no valor dos quatrocentos mil euros estavam previstos, a ambulância e a viatura 4x4 que o Município pretendia entregar aos Bombeiros Voluntários do Alandroal e à GNR do Alandroal. -----

----- Também, os postos médicos de Orvalhos e de Hortinhas, com um aumento de cerca de cento e vinte mil euros; os Centros de Acolhimento, com um aumento de cerca de cento e setenta mil euros; os Viveiros de Empresas, com cerca de duzentos e dezoito mil euros; e a Mobilidade Urbana – 4ª fase, com mais de cento e cinquenta mil euros. -----

----- Disse que, basicamente, estava a falar das despesas necessárias para dar resposta à pandemia da Covid-19 e de obras de complemento às obras que eram financiadas. -----

----- Seguidamente, disponibilizou-se para responder a mais questões. -----

----- Referindo-se ao parecer do FAM relativamente a esta operação, o deputado Tomé Laranjinho leu o último parágrafo daquele documento que dizia: “*Sendo que o montante inscrito na despesa com aquisição de bens de capital tem como contrapartida o saldo da gerência anterior, deverá o Município utilizar, sempre que possível, o excedente de receita cobrada (receita extraordinária) para pagamento de dívida pública fundada, garantindo o objetivo do PAM em gerar excedentes orçamentais para o cumprimento da trajetória de redução de dívida.*”-----

----- E disse ainda, perceber que dada a situação que se estava a atravessar, que o Município apostasse em algumas coisas relativamente à Covid-19; no entanto, ironizou que não havia ambulância para os Bombeiros Voluntários do Alandroal, mas, havia carrinha 4x4 para a GNR; e perguntou se não devia ser o Ministério da Administração Interna a comprar a dita carrinha para a GNR e se ia ser o Município a onerar dos seus cofres, para dar à GNR e depois ia cobrar impostos a todos os municípios. -----

MANDATO DE 2017 - 2021

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Extraordinária do dia 12-02-2021

ATA N.º 1

----- Sugeriu que se pensasse melhor onde se ia gastar o dinheiro; e que talvez fosse uma boa altura para se ponderar reduzir a dívida evitando as despesas. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que tinha tido a oportunidade de discutir com o senhor Presidente do FAM, doutor Miguel Almeida, sobre a recomendação que o FAM tinha feito, a qual era pertinente. No entanto, era fácil perceber que, com base no contexto da pandemia, que se estava a viver, o “sempre que possível” ficaria um pouco mais aquém daquilo que poderia ser noutro contexto. -----

----- Referiu que por exemplo, se reviu um aumento da despesa de quatrocentos mil euros, com respostas à pandemia, mas, que já tinha realizado desde o início da pandemia, cerca de seiscentos mil euros; ou seja, que no final, do presente ano, muito seguramente, teria investido direta ou indiretamente, um milhão de euros de recursos do Município, no combate à pandemia nomeadamente, nos apoios às IPSS; às entidades; à população; no aumento dos apoios à educação e às crianças, com o fornecimento de equipamentos informáticos; estando a ponderar também, apoios para os negócios que estavam fechados designadamente, para os empresários; restauração; alojamentos, etc. -----

----- Disse acreditar que, acima da média de outras câmaras com igual dimensão, este Município estava a investir em diminuir ao máximo do território, o impacto negativo da pandemia. -----

----- Disse também, que não era o momento nem seria a sensibilidade do FAM, para exigir outro tipo de contrapartida. -----

----- E relação à despesa que o deputado Tomé Laranjinho achava excessiva com a GNR, o senhor Presidente da Câmara disse que era uma questão de posições, como já tinha referido várias vezes. Disse que era entendimento deste Executivo que quem estava no terreno era quem tinha capacidade de ajudar as entidades que faziam uma parte do trabalho levado a cabo pelo Município. -----

----- Mais disse que, aquela viatura de todo-o-terreno, destinava-se a dar apoio às forças da GNR que acompanhavam os idosos isolados e os munícipes com mais dificuldades, o que significava investir nas pessoas que estavam no terreno. -----

----- Referiu que a mesma viatura ia custar vinte mil euros ao Município do Alandroal. Se estes vinte mil euros eram malgastos, ou se os munícipes do Alandroal entendiam que estes vinte

MANDATO DE 2017 - 2021

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Extraordinária do dia 12-02-2021

ATA N.º 1

mil euros para a GNR, não deviam ser gastos, a proposta do Executivo ia no sentido de que entendia que sim e que tal era benéfico. -----

----- O deputado Tomé Laranjinho lembrou que vinte mil euros aqui, mais vinte e cinco ou trinta mil euros acolá, o que interessava era ver onde se devia cortar nas despesas nomeadamente, no que não era da competência do Município, como era o caso da GNR que era da competência do Ministério da Administração Interna. Disse que se referiu à GNR, como se poderia ter referido à carrinha para o Centro de Saúde do Alandroal, que era da competência do Ministério da Saúde. -----

----- Disse também, que as câmaras deviam exigir que o dinheiro viesse daqueles ministérios e não estarem a onerar mais os municípios. -----

----- Quanto às despesas com a Covid-19, entendia que tais despesas tinham de ser feitas e que, sabia do esforço que a Câmara estava a fazer, nomeadamente, com as IPSS; com as famílias carenciadas; e as empresas. -----

----- E referiu que não se chocava com aquelas despesas porque, de facto, eram para os municípios e que era por isso também, que a Câmara existia. Quanto às outras despesas disse achar que não eram necessárias, principalmente nesta altura, e que talvez se devesse reduzir a dívida, mas que, eram posições e cada um tinha a sua. -----

----- Para terminar a sua intervenção, o senhor Presidente da Câmara esclareceu que o protocolo que o Município estava a fazer com a GNR, não era naturalmente, inédito, porque existiam vários municípios a fazer o mesmo presentemente, e já antes da pandemia, por outras razões. Que este era um tipo de colaboração que a própria GNR tinha desafiado o Executivo a dar aquele apoio, quando o comandante do destacamento tinha tomado posse e na primeira reunião que tiveram, numa altura em que não se falava em pandemia; e que depois decidiram avançar quando surgiu a questão da pandemia. -----

----- Reforçou que era importante que se dissesse que tinha sido a própria GNR que desafiou o Município, à semelhança de outras câmaras, a dar algum apoio às forças que estavam no território, que contribuíam para a segurança da região e que todos sabiam das limitações que por vezes existiam na sua atuação. -----

MANDATO DE 2017 - 2021

Assembleia Municipal de Alandroal

Sessão Extraordinária do dia 12-02-2021

ATA N.º 1

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia submeteu à votação, o presente ponto que foi **aprovado por maioria** com: zero votos contra; e com 10 abstenções (5 do DITA; 4 da CDU e 1 do PSD); e com 8 votos a favor (6 do PS; e 2 da CDU). -----

----- Antes de terminar a presente sessão, a Primeira Secretária da Assembleia usou da palavra e pediu que ficasse registado que na sessão se encontravam presentes dezoito deputados, tendo faltado a deputada Fátima Brites e o deputado Joaquim Boieiro, o qual foi substituído pela Secretária da Junta de Freguesia de Santiago Maior, senhora Zaida Roques. -----

----- Aproveitando a intervenção da Primeira Secretária, o senhor Presidente da Assembleia solicitou que fossem verificadas as respetivas senhas de presença e que estas fossem enviadas, à Contabilidade do Município para proceder ao pagamento das mesmas.

----- Seguiu-se a leitura da ata em minuta. -----

APROVAÇÃO EM MINUTA

----- E nada mais havendo a tratar, foi a presente ata, lavrada, lida e aprovada, em minuta, por unanimidade, no final desta sessão, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 57.º, do Regime Jurídico das Competências e Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O senhor Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão eram vinte e duas horas, do dia doze de fevereiro de dois mil e vinte e um. -----

----- E eu, Maria Gertrudes Serra Calado Pisco, a secretariar na presente sessão, redigi e para constar lavrei a presente ata que subscrevo, dato e assino. -----

----- Alandroal, aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um. -----

Handwritten marks and signatures in the right margin, including a large 'B' and a circled '10'.

MANDATO DE 2017 - 2021

Assembleia Municipal de Alandroal Sessão Extraordinária do dia 12-02-2021

ATA N.º 1

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



O Primeiro Secretário



O Segundo Secretário

